Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

KPDS 945135

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações de resultados **8**

Demonstrações de resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **12**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Adami S.A. - Madeiras
Caçador - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Adami S.A. - Madeiras (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Adami S.A. - Madeiras em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos despesas de venda

Consulte as notas explicativas 3.g e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia possui o montante de R$ 455.943 mil reconhecido como ativo biológico em 31 de dezembro de 2021. Os ativos biológicos são formados, principalmente, por florestas de pinus, normalmente utilizados no processo produtivo da Companhia, ou para comercialização à terceiros, e são mensurados ao valor justo deduzido das despesas de venda. A determinação do valor justo desses ativos contêm incertezas relacionadas às premissas utilizadas, na determinação dos fluxos de caixa futuros, em especial o preço médio líquido de venda, o índice de crescimento das florestas e a taxa de desconto. Mudanças nas premissas utilizadas para determinar o valor justo desses ativos podem impactar significativamente o montante da estimativa reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Pelos motivos acima mencionados, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.	• Nossos procedimentos de auditoria incluiram, mas não se limitaram a: • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em mensuração de valores justos de ativos biológicos, do método, das premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. • Avaliamos especialmente as premissas da taxa de desconto e preço de venda da madeira. • Comparamos as premissas da Companhia com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado, entre outras; e • Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre premissas-chave mais sensíveis na mensuração do valor justo dos ativos biológicos incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. • Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos de ativos biológicos e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 17 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8

André Luiz de Godoy
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Adami S.A. - Madeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	118.436	67.749	123.050	74.793
Aplicações financeiras	6	75.910	103.585	76.954	104.585
Contas a receber de clientes	7	273.451	132.347	273.451	132.347
Estoques	8	165.043	79.952	165.248	80.153
Impostos a recuperar	9	123.590	10.654	123.590	10.654
IRPJ e CSLL à recuperar	10	13.947	34.830	13.947	34.830
Ativos biológicos	11	114.681	61.925	114.681	61.925
Outras contas a receber		21.988	16.344	23.132	17.440
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	169	1.902	169	1.902
		907.215	509.288	914.222	518.629
Não circulante					
Impostos a recuperar	9	3.307	105.127	3.307	105.127
IRPJ e CSLL à recuperar	10	35.820	10.728	35.820	10.728
Depósitos judiciais	12	5.764	6.218	5.764	6.218
Dividendos a receber	14	4.232	3.974	4.232	3.605
Fundo de investimentos em direitos creditórios	27	9.494	8.906	9.494	8.906
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	747	750	747	750
Mútuos com partes relacionadas	19.b	3.444	3.180	3.444	3.180
Contas reserva BNDES		-	-	1.444	1.387
Investimentos	14	71.346	71.690	55.039	55.824
Ativos biológicos	11	341.262	270.405	341.262	270.405
Ativo de direito de uso	16	54.771	58.456	54.771	58.456
Imobilizado	15	464.411	475.585	512.820	525.239
		994.598	1.015.019	1.028.144	1.049.825
Total do ativo		**1.901.813**	**1.524.307**	**1.942.366**	**1.568.454**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Fornecedores		90.877	72.608	91.142	73.558
Empréstimos e financiamentos	17	179.142	149.843	184.924	153.264
Debêntures	18	36.155	35.742	36.155	35.742
Salários e encargos sociais		21.388	17.967	21.388	17.967
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		57.007	4.222	57.007	4.222
Adiantamentos de clientes		3.092	2.155	3.092	2.155
Impostos e contribuições a recolher	20	7.391	2.989	7.563	3.148
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	2.199	6.104	2.199	6.104
Arrendamento mercantil	21	15.664	13.091	15.664	13.091
Outras contas a pagar		41.151	21.767	41.191	21.771
		454.066	326.488	460.325	331.022
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	236.803	339.478	271.097	379.091
Debêntures	18	174.664	52.941	174.664	52.941
Impostos e contribuições a recolher	20	705	1.514	705	1.514
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	155.447	119.341	155.447	119.341
Provisão para contingências	12	13.792	14.597	13.792	14.597
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	-	1.011	-	1.011
Arrendamento mercantil	21	36.414	44.768	36.414	44.768
Outras contas a pagar		34.811	25.438	34.811	25.438
		652.636	599.088	686.930	638.701
Patrimônio líquido	22				
Capital social		165.000	165.000	165.000	165.000
Ajustes de avaliação patrimonial		141.853	136.443	141.853	136.443
Reservas de lucros		488.258	297.288	488.258	297.288
		795.111	598.731	795.111	598.731
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.901.813**	**1.524.307**	**1.942.366**	**1.568.454**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita operacional líquida	23	1.347.154	909.081	1.357.880	918.591
Custo dos produtos vendidos	24	(693.361)	(540.817)	(697.165)	(542.757)
Lucro bruto		653.793	368.264	660.715	375.834
Outras (despesas) receitas operacionais					
Vendas	24	(184.411)	(134.599)	(184.411)	(134.599)
Administrativas	24	(76.411)	(58.866)	(79.105)	(61.388)
Resultado da equivalência patrimonial	14	13.252	16.733	13.180	15.176
Outras receitas e despesas	25	(3.377)	918	(3.377)	917
Lucro antes do resultado financeiro		402.846	192.450	407.002	195.940
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	71.787	81.481	72.167	81.542
Despesas financeiras	26	(160.327)	(199.361)	(164.416)	(202.609)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		314.306	74.570	314.753	74.873
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	(29.494)	(15.428)	(29.494)	(15.428)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13.b	(24.658)	(2.980)	(25.105)	(3.283)
Resultado do exercício		260.154	56.162	260.154	56.162
Lucro líquido por ação - básico de diluído				**1,21**	**0,26**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	**2020**	**2021**	**2020**
Resultado do exercício		260.154	56.162	260.154	56.162
Hedge accounting	28.b	(19.316)	(27.052)	(19.316)	(27.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.567	9.198	6.567	9.198
Resultado abrangente do exercício		247.405	38.308	247.405	38.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			
	Nota	**Capital social**	**Legal**	**Retenção**	**Lucros a realizar**	**Custo atribuído**	**Hedge accounting**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		104.909	19.974	144.031	130.011	162.789	(3.997)	-	557.717
Aumento de capital		60.091	(19.974)	(40.117)	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	22.b	-	-	(2.750)	-	-	-	-	(2.750)
Reversão de distribuição de dividendos		-	-	20.717	-	-	-	-	20.717
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(4.495)	-	4.495	-
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	11.b	-	-	-	(26.432)	-	-	26.432	-
Transferência para lucros a realizar de ajuste a valor justo com ativos biológicos	11.b	-	-	-	62.036	-	-	(62.036)	-
Hedge accouting líquido de tributos	28.b	-	-	-	-	-	(17.854)	-	(17.854)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	56.162	56.162
Destinações:									
Reserva legal	22.b	-	2.808	-	-	-	-	(2.808)	-
Dividendos obrigatórios	22.c	-	-	-	-	-	-	(2.445)	(2.445)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(12.816)	(12.816)
Constituição de reservas de retenção		-	-	6.984	-	-	-	(6.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		165.000	2.808	128.865	165.615	158.294	(21.851)	-	598.731
Distribuição dividendos	22.b			(12.600)					(12.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos						(7.339)		7.294	(45)
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	11.b				(42.987)			42.987	-
Transferência para lucros a realizar de ajuste a valor justo com ativos biológicos	11.b				128.298			(128.298)	-
Hedge accouting líquido de tributos	28.b						12.749		12.749
Resultado do exercício								260.154	260.154
Destinações:									
Reserva legal	22.b		13.008					(13.008)	
Dividendos obrigatórios	22.c							(49.935)	(49.935)
Juros sobre o capital próprio								(13.943)	(13.943)
Constituição de reservas de retenção				105.251				(105.251)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		165.000	15.816	221.516	250.926	150.955	(9.102)	-	795.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		260.154	56.162	260.154	56.162
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado Instrumentos financeiros derivativos não realizados		(4.758)	(8.138)	(4.758)	(8.138)
Depreciação e amortização		33.740	32.608	35.157	34.024
Exaustão	11	76.306	51.245	76.306	51.245
Impostos diferidos		29.493	15.428	29.493	15.428
Variações monetárias e juros não realizados		84.081	120.353	88.500	123.599
Resultado na venda de ativos imobilizados		(2.232)	(1.150)	(2.232)	(1.150)
Variação valor justo dos ativos biológicos	11	(192.133)	(92.237)	(192.133)	(92.237)
Equivalência patrimonial	14	(13.252)	(16.733)	(13.180)	(15.176)
Outras provisões		22.478	19.923	22.478	19.923
		293.877	177.461	299.785	183.680
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(141.104)	(69.366)	(141.146)	(69.366)
Estoques		(85.091)	(5.280)	(85.095)	(5.417)
Impostos a recuperar		(15.325)	51.876	(15.325)	51.876
Outras contas a receber		(879)	1.050	(943)	981
Fornecedores		18.269	(5.765)	17.583	(5.551)
Impostos e contribuições a recolher		3.593	(42.852)	3.605	(42.857)
Outras contas a pagar		22.578	17.403	22.245	16.978
Aplicações financeiras		27.675	(30.940)	27.631	(33.327)
Recebimentos de dividendos		12.500	5.550	12.500	5.550
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		136.093	99.137	140.840	102.547
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizado	15	(22.258)	(33.160)	(22.429)	(34.778)
Adições de ativos biológicos	11	(8.526)	(10.062)	(8.526)	(10.062)
Aquisições de investimentos	14	(695)	(14.041)	(695)	(14.041)
Pagamento de mútuo de coligadas		-	-	-	(4.500)
Redução de Capital de coligada		1.250	-	1.250	-
Recebimento de mútuo de coligadas		-	4.500	-	4.500
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado		3.145	1.424	3.145	1.424
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(27.084)	(51.339)	(27.255)	(57.457)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(21.600)	(18.150)	(21.600)	(18.150)
Empréstimos tomados	17	64.237	202.850	64.237	212.850
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	17	(184.333)	(197.134)	(191.339)	(199.773)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	27.c	4.927	2.109	4.927	2.109
Liquidação de derivativos	27.c	(11.038)	(41.435)	(11.038)	(41.435)
Debêntures emitidas	18	150.000	-	150.000	-
Pagamentos de debêntures (principal e juros)	18	(43.953)	(42.970)	(43.953)	(42.970)
Pagamento de arrendamento mercantil (principal e juros)	21	(16.562)	(11.291)	(16.562)	(11.291)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos		(58.322)	(106.021)	(65.328)	(98.660)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		50.687	(58.223)	48.257	(53.570)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		67.749	125.972	74.793	128.363
No fim do exercício		118.436	67.749	123.050	74.793
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		50.687	(58.223)	48.257	(53.570)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras (Companhia) é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2022.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 11 - Ativos biológico.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação de 100% no capital da Chapecozinho Energética S.A. que é uma pequena central hidrelétrica (PCH) com capacidade de geração de energia de 9 MW.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e investimentos controlados em conjunto.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

  Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

  No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

  Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

  Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
  A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de sua controlada;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

  As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são

reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia e sua controlada desreconhem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No início da relação de hedge, para a adoção do "*Hedge Accounting*", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de "*Hedge Accounting*" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento

d. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em

elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

(ii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados

durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

l. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada pela Companhia com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos das operações com derivativos;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado;

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas e/ou melhorias se tornaram efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, sendo que a Compnhia avaliou e não adotou essas normas na preparação destas demonstrações:

- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transaão (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Outras Normas:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Não houve impacto relevante às demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada com a entrada em vigor de tais normas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mútuos com partes relacionadas são avaliados no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c. Ativos biológicos

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Avaliado a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	36.907	11.621	37.036	12.391
Aplicações financeiras	81.529	56.128	86.014	62.402
	118.436	67.749	123.050	74.793

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI entre 89% e 109% (80% a 110% em 2020) são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Aplicações financeiras

Aplicações financeiras referente a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI está vinculada a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Certificados de Depósitos Bancários	34.242	51.236	35.286	52.236
Fundo de investimento	35.825	42.192	35.825	42.192
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	9.044	-	9.044
Ações	5.843	1.113	5.843	1.113
	75.910	103.585	76.954	104.585

7 Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
No País	323.870	178.521
No Exterior	15.539	18.183
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.911)	(5.766)
(-) Recebíveis cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 27)	(59.047)	(58.591)
	273.451	132.347

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
A vencer	259.374	124.673
Vencidos há 30 dias	15.183	7.517
Vencidos de 31 a 60 dias	892	81
Vencidos de 61 a 90 dias	27	9
Vencidos de 91 a 180 dias	13	604
Vencidos há mais de 180 dias	4.873	5.229
	280.362	138.113
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.911)	(5.766)
	273.451	132.347

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável do seu contas a receber de clientes, levando em consideração a necessidade de provisão para possíveis perdas decorrente do não recebimento das duplicatas. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na demonstração de resultado.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial no início do exercício	5.766	4.097
Adições	1.158	3.770
Baixas por recebimento	(13)	(2.101)
Saldo no final do exercício	6.911	5.766

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada possuem duplicatas a receber de clientes dadas em garantia de empréstimos e financiamento no montante R$ 25.823.

8 Estoques

	Consolidado	
	2021	**2020**
Matérias-primas e materiais auxiliares	76.818	25.080
Almoxarifado	38.082	32.487
Produtos acabados-madeira	30.707	11.441
Produtos acabados-embalagem	5.961	2.746
Produtos em elaboração	1.215	833
Outros	12.465	7.566
	165.248	80.153

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada não possuem estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

9 Impostos à recuperar

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
ICMS a recuperar	5.247	7.982
IPI a recuperar	18.050	6.072
PIS e COFINS a recuperar (a)	101.783	100.248
Outros impostos a recuperar	1.817	1.479
	126.897	115.781
Circulante	123.590	10.654
Não circulante	3.307	105.127

(a) O saldo de PIS e COFINS à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 23 de abril de 2007, solicitando declarar a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na Base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 15 de abril de 2019, e o crédito foi apurado utilizando o valor do ICMS destacado nas notas fiscais, no período de abril de 2002 à janeiro de 2019, e foi atualizado pela Selic até dezembro de 2020. A Companhia estima compensar a totalidade destes créditos até dezembro de 2022.

10 IRPJ e CSLL à recuperar

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
IRPJ e CSLL a recuperar	49.767	45.558
Circulante	13.947	34.830
Não circulante (a)	35.820	10.728

(a) O saldo de IRPJ e CSLL à recuperar refere-se a: (i) processo judicial protocolado em 18 de fevereiro de 2016, onde a Companhia solicitou a Exclusão do Pis, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS, do período de março de 2011 à julho de 2017. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 06 de agosto de 2019. O crédito foi apurado utilizando os valores declarados no SPED Fiscal e atualizados pela Selic de abril de 2011 a dezembro de 2020. A Companhia estima compensar o saldo de R$ 10.884 até dezembro de 2022. (ii) processo judicial protocolado em 27/03/2014, onde a Companhia solicitou a Exclusão do IRPJ e CSLL sobre o benefício fiscal do REINTEGRA, do período de dezembro de 2011 à outubro/2021. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 25/10/2021. O crédito foi apurado utilizando os valores declarados em Pedido de Ressarcimento do Reintegra e atualizados pela Selic de dezembro de 2011 a outubro/2021. O crédito encontra-se em fase de habilitação, e a Companhia estima compensar o saldo de R$ 3.060 até dezembro de 2022. (iii) processo judicial protocolado em 17/11/2020, onde a Companhia solicitou a Exclusão do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic utilizada na atualização dos créditos de ações judiciais e impostos recolhidos à maior, do período de novembro de 2015 à dezembro/2021. A ação da empresa ainda não transitou em julgado, no entanto o STF já decidiu em 24/09/2021 que não incidem IRPJ e CSLL sobre a Selic, desta forma a Companhia reconheceu no seu resultado em dezembro de 2021 o montante de R$ 35.819. O crédito foi apurado utilizando os valores da Selic utilizados para atualização de ações judiciais e de impostos pagos a maior do período de novembro/2015 à dezembro/2021, e atualizados pela Selic de novembro de 2015 a dezembro/2021. O valor encontra-se no longo prazo e a Companhia aguarda o transito em julgado.

	Controladora e consolidado
2023	35.820
	35.820

11 Ativos biológicos - controladora e consolidado

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio principalmente de pinus para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo.

a. Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

(i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi *Income Approach* com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;

(iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;

(iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados no mercado de Santa Catarina, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;

(vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;

(vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos anuais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Controladora e consolidado

Premissa	**Em 2021**	**Impacto no valor justo dos ativos biológicos**
Área plantada aplicada ao valor justo (hectare)	12.815	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto - %	8,11%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço médio líquido de venda (m³ - em reais)	R$ 111,12	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual m³/há – IMA	18,75	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

As principais premissas, taxa de desconto, preço de venda e IMA, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

b. As principais movimentações no exercício são demonstradas abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**281.276**
Novas plantações	10.062
Aquisições	-
(-) Exaustão (i)	(51.245)
Ajuste ao valor justo (ii)	92.237
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**332.330**
Novas plantações	8.401
Aquisições	125
Baixas	(740)
(-) Exaustão (i)	(76.306)
Ajuste ao valor justo (ii)	192.133
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**455.943**
Circulante	114.681
Não circulante	341.262

(i) Do valor total exaurido, o montante de R$ 65.132 (R$ 40.048 em 2020), o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R$ 42.987 (R$ 26.432 em 2020), refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

(ii) Os valores de ajuste ao valor justo, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R$ 128.298 (R$ 62.036 em 2020) foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da Administração para a extração de árvores em 2022.

c. Ativos biológicos cedidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2021, as florestas no valor de R$ 133.725 (R$ 133.725 em 2020) estão vinculadas ao penhor agrícola registrada para garantir os empréstimos bancários.

12 Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e consolidado	
Depósitos judiciais	**2021**	**2020**
Tributários	5.442	5.443
Trabalhista	222	675
Cíveis	100	100
	5.764	6.218
Provisão para contingências		
Trabalhista	1.092	2.197
Tributária	12.700	12.400
	13.792	14.597

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários e trabalhistas contra os quais foram interpostos recursos, a probalilidade de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

Contingências possíveis
A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada possuem processos no montante total estimado de R$ 34.961 (R$ 14.947 em 2020), cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

13 Impostos de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	4.689	4.963
Provisão para comissões	1.729	1.099
Provisão para *impairment* (nota explicativa 15)	4.366	3.354
Prejuízo fiscal imposto de renda pessoa jurídica	-	8.862
Base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	-	3.190
Hedge accounting (nota explicativa 28.b)	4.689	11.257
Outras provisões temporárias	35.264	14.852
	50.737	47.577
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(70.502)	(72.580)
Ativo biológico (nota explicativa 11)	(123.711)	(82.021)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(7.241)	(8.921)
Outras receitas temporárias	(4.730)	(3.396)
	(206.184)	(166.918)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(155.447)	(119.341)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda. As diferenças temporárias serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem e os prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado – controladora

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	314.306	74.570
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(106.864)	(25.353)
(Adições) e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	4.741	4.357
Equivalência patrimonial	(4.506)	(5.689)
Crédito processo judicial (nota explicativa 9.a e 10)	37.986	-
Outras (adições) exclusões	14.491	8.277
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(54.152)	(18.408)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(29.494)	(15.428)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(24.658)	(2.980)
Alíquota efetiva	(17%)	(24%)

14 Investimentos

	Passos Maia Energética S.A (a)	Chapecozinho Energética S.A (b)	Cia Bom Sucesso de Eletricidade (c)	Outros	Total 2021	Total 2020
Patrimônio líquido	47.014	18.865	6.182	1.725	73.786	125.835
Resultado do exercício	25.110	72			25.182	31.911
Participação no capital em %	50%	100%	32,09%			-
Movimentação dos investimentos						
Saldos dos investimentos no início do exercício	48.714	15.865	5.388	1.723	71.690	49.034
Dividendos creditados/recebidos	(11.877)	-	-	-	(11.877)	(9.524)
Reversão de dividendos	-	369	-	-	369	711
Integralização de capital	-	-	406	-	406	20.041
Redução de capital	(2.500)	-	-	-	(2.500)	(6.000)
Aquisições	-	-	-	6	6	695
Resultado de equivalência patrimonial	12.554	73	625	-	13.252	16.733
Saldos dos investimentos no fim do exercício	46.891	16.307	6.419	1.729	71.346	71.690

(a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.

(b) A PCH - Chapecozinho Energética é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na qual foram investidos R$ 45.000, o início das suas operações ocorreu em março de 2019. Esta PCH tem capacidade de geração de energia de 9 MW, por um período de concessão de 35 anos.

(c) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia com capacidade de geração de 5,5 MW, e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao acionista controlador.

Os saldos dos investimentos nas coligadas Passos Maia Energética S.A. e Cia Bom Sucesso de Eletricidade, acrescido de outros investimentos, compõem o saldo de investimentos das demonstrações financeiras consolidadas.

15 Imobilizado

Movimentação do custo e depreciação - controladora

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	178.629	146.332	463.695	3.475	7.236	6.242	4.427	22.481	2.413	834.930
Adições	-	324	3.058	234	266	849	1.317	21.629	5.483	33.160
Baixas	(9)	(74)	(865)	(32)	(613)	(251)	(73)	(545)	-	(2.462)
Transferências	-	11.817	12.239	35	239	41	547	(18.958)	(5.960)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.620	158.399	478.127	3.712	7.128	6.881	6.218	24.607	1.936	865.628
Adições	-	27	2.727	413	1.053	823	1.717	9.808	5.690	22.258
Baixas	-	(481)	(8.563)	(367)	(311)	(257)	(763)	(225)	-	(10.967)
Transferências	-	11.013	9.693	46	-	-	219	(16.277)	(4.694)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.620	168.958	481.984	3.804	7.870	7.447	7.391	17.913	2.932	876.919
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	41.576	309.270	2.535	5.270	3.787	708	-	-	363.146
Depreciação no exercício	-	4.264	22.365	200	678	799	146	-	-	28.452
Baixas	-	(44)	(827)	(24)	(416)	(244)	-	-	-	(1.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	45.796	330.808	2.711	5.532	4.342	854	-	-	390.043
Depreciação no exercício	-	4.870	20.805	205	574	874	187	-	-	27.515
Baixas	-	(377)	(3.808)	(352)	(262)	(249)	(2)	-	-	(5.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	50.289	347.805	2.564	5.844	4.967	1.039	-	-	412.508
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	178.620	112.603	147.319	1.001	1.596	2.539	5.364	24.607	1.936	475.585
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	178.620	118.669	134.179	1.240	2.026	2.480	6.352	17.913	2.932	464.411

Movimentação do custo e depreciação - consolidado

Movimentação do custo	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, utensílios e instalações**	**Veículos**	**Equipamentos de processamento de dados**	**Outros ativos fixos**	**Imobilizado em andamento**	**Adiantamento a fornecedor**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	178.629	146.332	465.480	3.477	7.236	6.242	8.385	67.164	2.413	885.358
Adições	-	324	3.059	234	266	849	1.317	22.337	6.393	34.779
Baixas	(9)	(74)	(865)	(32)	(613)	(251)	(73)	(545)	-	(2.462)
Transferências	-	11.817	12.239	35	239	41	547	(18.330)	(6.588)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.620	158.399	479.913	3.714	7.128	6.881	10.176	70.626	2.218	917.675
Adições	-	27	2.727	413	1.053	823	1.717	9.971	5.698	22.429
Baixas	-	(481)	(8.563)	(367)	(311)	(257)	(763)	(225)	-	(10.967)
Transferências	-	11.013	9.693	46	-	-	219	(15.987)	(4.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.620	168.958	483.770	3.806	7.870	7.447	11.349	64.385	2.932	929.137
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	41.576	310.247	2.535	5.270	3.787	708	-	-	364.123
Depreciação no exercício	-	4.264	23.781	200	678	799	146	-	-	29.868
Baixas	-	(44)	(827)	(24)	(416)	(244)	-	-	-	(1.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	45.796	333.201	2.711	5.532	4.342	854	-	-	392.436
Depreciação no exercício	-	4.870	22.221	205	574	874	187	-	-	28.931
Baixas	-	(377)	(3.808)	(352)	(262)	(249)	(2)	-	-	(5.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	50.289	351.614	2.564	5.844	4.967	1.039	-	-	416.317
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	178.620	112.603	146.712	1.003	1.596	2.539	9.322	70.626	2.218	525.239
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	178.620	118.669	132.156	1.242	2.026	2.480	10.310	64.385	2.932	512.820

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as propriedades no valor de R$ 122.031 estão vinculadas a fiança registrada para garantir os empréstimos bancários.

Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado *(impairment)*. Atualmente a Companhia tem o valor de R$ 12.840 (R$ 9.864 em 2020), de provisão de impairment.

16 Ativos de direitos de uso – controladoria e consolidado

Composição e movimentação

Controladora e consolidado

Ativo direito de uso	**Arrendamento de Terras**	**Ativos adquiridos p/ Leasing**	**Total**
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**18.000**	**44.592**	**62.592**
Adições	1.292	18.097	19.389
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**19.292**	**62.689**	**81.981**
Adições	-	3.825	3.825
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**19.292**	**66.514**	**85.806**

	Arrendamento de Terras	**Ativos adquiridos p/ Leasing**	**Total**
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(1.924)**	**(16.805)**	**(18.729)**
Depreciação no exercício	(2.048)	(2.748)	(4.796)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(3.972)**	**(19.553)**	**(23.525)**
Depreciação no exercício	(2.048)	(5.462)	(7.510)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.020**	**25.015**	**31.035**
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2020	**15.320**	**43.136**	**58.456**
Em 31 de dezembro de 2021	**13.272**	**41.499**	**54.771**

Os ativos de direito de uso referem-se a terras para cultivo de florestas cujos contratos de arrendamento possuem o prazo médio de 18 anos, e máquinas e equipamentos para uso na operação com vida últil entre 3 e 5 anos.

A Companhia possui como prática a realização de avaliação de *impairment* dos contratos vigentes, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificado a necessidade de constituir a provisão de *impairment* para os contratos vigentes.

17 Empréstimos e financiamentos

Controladora

Moeda nacional:	**Encargos em 2021**	**2021**	**2020**
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP	16.155	24.056
Capital de giro	De 2,2708% a 4,90721% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP ou 0,19% a 058% a.m. + CDI ou 9,84% a.a.	261.165	278.848
Total moeda nacional		277.320	302.904
Moeda estrangeira:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6,0% a 6,15% a.a.	2.515	5.820
Capital de giro	2,4% a.a. + Libor ou 5,3% a.a.	71.600	105.508
Pré-pagamento de exportação	6% a.a + Libor	64.510	75.089
Total moeda estrangeira		138.625	186.417
Total de empréstimos e financiamentos		415.945	489.321
Circulante		179.142	149.843
Não circulante		236.803	339.478

Consolidado

Moeda nacional:	**Encargos em 2021**	**2021**	**2020**
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,76% a.a. + TLP ou 5,6% a.a. + TJLP	46.615	57.084
Capital de giro	De 2,2708% a 4,90721% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP ou 0,19% a 058% a.m. + CDI ou 9,84% a.a.	270.781	288.854
Total moeda nacional		317.396	345.938
Moeda estrangeira:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6% a 6,15% a.a.	2.515	5.820
Capital de giro	2,4% a.a. + Libor ou 5,3% a.a.	71.600	105.508
Pré-pagamento de exportação	6% a.a. + Libor	64.510	75.089
Total moeda estrangeira		138.625	186.417
Total de empréstimos e financiamentos		456.021	532.355
Circulante		184.924	153.264
Não circulante		271.097	379.091

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2023	129.955	135.047
2024	84.035	89.331
2025	18.028	23.324
Após 2025	4.785	23.395
	236.803	271.097

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de "debt covenants", os quais foram integralmente atingidos em 2021.

As cláusulas restritivas são relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e ebitda igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora							
		Alterações com efeito caixa			Alterações sem efeito caixa			
	Saldo da dívida em 31/12/20	Novas captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Transfe-rências	Saldo da dívida em 31/12/21
Descrição								
Empréstimos e financiamentos	489.321	64.237	(134.154)	(50.179)	32.482	14.238	-	415.945

	Consolidado							
	Saldo da divida em 31/12/20	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Transfe-rências	Saldo da divida em 31/12/21
Descrição								
Empréstimos e financiamentos	532.355	64.237	(137.388)	(53.951)	36.530	14.238	-	456.021

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

18 Debêntures

(a) Em junho de 2018, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 01 de junho de 2023, no montante de até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 2ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 14 de maio de 2018 e possui as seguintes

características: (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano e (i) será amortizada em 17 parcelas trimestrais, com vencimento de julho de 2019 a julho de 2023

- **Montante:** até R$ 150.000.000,00 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data:** (a) emissão: 01 de junho de 2018 e (b) vencimento: 01 de junho de 2023;
- **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de setembro de 2018 a junho de 2023.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2020.

Durante o ano de 2018 os debenturistas subscreveram 135.000 debêntures equivalentes ao montante de R$ 135.000, e em 2019 os debenturistas subscreveram o saldo remanescente de 15.000 debêntures equivalentes ao montante de R$ 15.000, totalizando a subscrição de 150.000 debêntures equivalentes ao montante de R$ 150.000.

(b) Em julho de 2021, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 16 de agosto de 2027, no montante de até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 3ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 19 de julho de 2021 e possui as seguintes características: (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de sobretaxa de 6,1968% ao ano e (i) será amortizada em 55 parcelas mensais, com vencimento de fevereiro de 2023 a agosto de 2027.

- **Montante:** até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data: (a) emissão:** 11 de agosto de 2021 e (b) vencimento: 16 de agosto de 2023;
- **Amortização:** Em 55 parcelas iguais mensais, a partir do décimo oitavo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de sobretaxa de 6,1968% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 72 parcelas mensais, com vencimento de setembro de 2021 a agosto de 2027.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e ebitda igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora					
		Alterações com efeito caixa			Alterações sem efeito caixa	
	Saldo da dívida em 31/12/20	**Novas captações**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Despesas com juros**	**Saldo da dívida em 31/12/21**
Descrição						
2ª emissão	88.683	150.000	(35.294)	(8.659)	16.089	210.819

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre debêntures como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

19 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 9.647 (R$ 8.936 em 31 de dezembro de 2020).

b. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui R$ 3.444 (R$ 3.180 em 2020) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. As transações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

20 Impostos e contribuições à recolher

	Consolidado	
	2021	**2020**
ICMS a recolher	(1.702)	(2.295)
IRPJ a recolher	(2.028)	(879)
CSLL a recolher	(1.416)	(602)
PIS a recolher	(508)	(100)
Cofins a recolher	(2.328)	(509)
IRF a recolher	(201)	(154)
Outros impostos a recuperar	(85)	(123)
	(8.268)	(4.662)
Circulante	(7.563)	(3.148)
Não Circulante	(705)	(1.514)

21 Arrendamentos mercantil

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 44 contratos de arrendamento de terras para plantio de florestas. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de dezoito anos com a opção de renovação após essa data.

O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.h. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

A taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 0,64% a.m. em 31 de dezembro de 2021.

a. Movimentação de passivo de arrendamento

	Controladora e consolidado		
	Arrendamento de terras	**Arrendamento mercantil**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**17.143**	**29.222**	**46.365**
Adições	1.292	14.866	16.158
Juros apropriados	2.465	2.110	4.575
Pagamentos de principal e juros	(3.409)	(7.882)	(11.291)
Variação cambial e outros	-	2.052	2.052
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**17.491**	**40.368**	**57.859**
Adições	-	3.825	3.825
Juros apropriados	4.155	2.758	6.913
Pagamentos de principal e juros	(4.382)	(12.180)	(16.562)
Variação cambial e outros	-	43	43
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**17.264**	**34.814**	**52.078**

b. Estimativas de realização

	Passivo de arrendamento	**Juros**	**Valor presente dos passivos de arrendamento**
2022	15.311	(747)	14.564
2023	10.417	(747)	9.670
2024	9.290	(747)	8.543
2025	13.388	(747)	12.641
Após 2025	10.594	(3.934)	6.660
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**59.000**	**(6.922)**	**52.078**

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado está representado por um total de 215.241 ações ordinárias sem valor nominal estão, assim dividido entre os acionistas em 2021:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marilia Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	100,00

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Retenção

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

Nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

A assembleia geral ordinária realizada em 19 de abril de 2021, aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 2.600. Em 08 de abril de 2021 e 10 de junho de 2021 foram realizadas assembleia geral extraordinária as quais deliberaram pela aprovação de R$ 5.000 de dividendos adicionais cada.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2021, a Companhia creditou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R$ 13.943 (R$ 10.893 em 2020), líquido do imposto de renda na fonte de R$ 2.091 (R$ 1.923 em 2020), o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

	2021
Lucro líquido do exercício	260.154
(-) Reserva legal (5%)	(13.008)
Base de cálculo dividendos	247.146
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	61.786
(-) Juros sobre o capital próprio creditados no exercício, líquido de imposto de renda	(11.851)
Dividendos a pagar	49.935

d. Ajuste de avaliação patrimonial

(i) Custo Atribuído

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

(ii) Hedge accounting

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justos dos instrumenos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (nota explicativa 28.c)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

23 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	Controladora	
	2021	**2020**
Venda de produtos e serviços	1.615.692	1.067.089
Deduções de vendas	(268.538)	(158.008)
Receita operacional líquida	1.347.154	909.081

A receita de vendas da Companhia refere-se a venda de papel e embalagens de papelão ondulado, produtos do beneficiamento de madeiras como molduras, painéis de pinus, portas, kits de portas, pellets, e toras de pinus os quais estão concentrados principalmente no mercado brasileiro. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente em um determinado momento no tempo, que em geral ocorre na entrega dos produtos aos clientes.

A receita da controlada Chapecozinho Energética S/A, refere-se a venda da produção de energia elétrica entregue ao sistema através do mecanismo de realocação de energia (MRE), sendo reconhecida mensalmente. O faturamento bruto de energia em 2021 foi de R$ 11.132 (R$ 9.871 em 2020).

24 Despesas por natureza

	Controladora	
	2021	**2020**
Matéria prima e materiais de uso e consumo	489.948	324.438
Despesas com pessoal	153.252	125.140
Despesas com frete	105.967	64.116
Depreciações e amortizações	31.664	31.896
Exaustão	71.611	51.245
Suprimentos Industriais	34.764	32.229
Manutenção	32.837	26.562
Energia elétrica	31.598	28.782
Despesas com comissões	39.247	23.207
Benefícios a empregados	14.545	10.590
Outras receitas e despesas	(51.250)	16.077
	954.183	734.282
Classificação por função		
Custo dos produtos vendidos	693.361	540.817
Vendas	184.411	134.599
Administrativas	76.411	58.866
	954.183	734.282

25 Outras receitas e despesas

	Controladora	
	2021	**2020**
Ganho líquido na alienação de bens	2.232	1.150
Provisão para perda créditos fiscais (a)	(300)	(4.400)
Outras receitas e despesas	(5.309)	4.168
	(3.377)	918

(a) A Companhia efetuou o crédito de IPI sobre aquisições de produtos com alíquota zero, isentas e não tributadas do IPI, com base em processo judicial transitado em julgado, dentre os quais aquisições de produtos de empresas tributadas pelo Simples Nacional e fretes sobre estas aquisições. Os valores das aquisições efetuadas de empresas do Simples Nacional e os fretes destas aquisições foram glosados pela Receita Federal e mantidos a glosa pelo CARF. Desta forma foi contituída provisão dos valores compensados indevidamente.

26 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora	
Receitas financeiras	**2021**	**2020**
Variações cambiais ativas	64.555	71.741
Juros de aplicações financeira	6.893	3.725
Variações monetárias ativas	15	10
Outras receitas financeiras (i)	324	6.005
	71.787	81.481
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(75.721)	(119.509)
Juros	(59.342)	(44.270)
Perdas com derivativos (nota explicativa 28.c)	(20.708)	(31.187)
Juros sobre arrendamento mercantis (nota explicativa 22.c)	(4.155)	(2.465)
Outras despesas financeiras	(401)	(1.930)
	(160.327)	(199.361)
Resultado financeiro líquido	(88.540)	(117.880)

(i) Refere-se principalmente a atualização dos créditos tributários reconhecidos no exercício, mencionados na nota explicativa 9 e 10.

27 Fundo de Investimentos em direitos creditórios

Em dezembro de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC Adami - Adami Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios de titularidade da Companhia. O FIDC Adami tem vida operacional indefinida, com o pagamento final das cotas em 13 de dezembro de 2022 e caso não haja novos aportes, o fundo será liquidado após a amortização total das cotas.

A estrutura de patrimônio do FIDC Adami, em 31 de dezembro de 2021 está assim representada:

Quotas	**2021**	**%**	**2020**	**%**
Cotas sênior	59.141		58.016	83%
Cotas subordinadas mezanino	9.263		9.087	13%
Cotas subordinadas júnior	2.850		2.796	4%
	71.254		69.899	

A Companhia é detentora das cotas subordinadas mezanino as quais não podem ser negociadas no mercado secundário.
Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial do FIDC Adami está assim composto:

Ativo	**31/12/2021**	**Passivo**	**31/12/2021**
Equivalentes de caixa	15	Contas a pagar	120
Aplicações financeiras	12.011	Patrimônio líquido	71.254
Contas a receber	58.797		
Outros	551		
	71.374		71.374

A Companhia realizou a avaliação da estrutura do Fundo com o objetivo analisar uma eventual necessidade de consolidação com base no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e considera que de acordo com o regulamento do Fundo a Companhia não possui o controle por não exercer poder sobre as atividades relevantes do mesmo e não possuir exposição a variabilidade de retornos.

A Companhia avaliou os critérios para o desreconhecimento de ativos financeiros cedidos ao fundo conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e entre os principais critérios considerados está a participação de 4% referente as cotas subordinadas junior, que se subordinam as cotas seniores e as cotas mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, a qual possui histórico de perda de 2,79% na carteira cedida. Em caso de perda, as cotas junior irão absorver primeiramente esses prejuízos. Com base nesta avaliação e em outros fatores da operação, a Companhia realizou o desreconhecimento dos títulos por considerar que sua cessão ocorre sem direito de regresso e sem coobrigação.

28 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

a. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Ativo				
VJR				
Caixa e equivalentes de caixa	118.436	67.749	123.050	74.793
Aplicações financeiras	75.910	103.585	76.954	104.585
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	916	2.652	916	2.652
	195.262	173.986	200.920	182.030
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	273.451	132.347	273.451	132.347
Depósitos judiciais	5.764	6.218	5.764	6.218
Fundo de investimentos em direitos creditórios	9.494	8.906	9.494	8.906
Dividendos a receber	4.232	3.974	4.232	3.605
Mútuos com partes relacionadas	3.444	3.180	3.444	3.180
Outras contas a receber	21.988	16.344	23.132	17.440
	318.373	170.969	319.517	171.696
Passivo				
Custo amortizado				
Fornecedores	(90.877)	(72.608)	(91.142)	(73.558)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(626.764)	(578.004)	(666.840)	(621.038)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(57.007)	(4.222)	(57.007)	(4.222)
Passivo de arrendamento	(52.078)	(57.859)	(52.078)	(57.859)
Outras contas a pagar	(75.962)	(47.205)	(76.002)	(47.209)
	(902.688)	(759.898)	(943.069)	(803.886)
VJR				
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	(2.199)	(7.115)	(2.199)	(7.115)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para

monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia, com a aplicação em entidades com baixo risco de crédito. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. Em 2021 foram efetuadas vendas para aproximadamente 1.210 clientes individuais e o maior cliente representou 17% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 7.

Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R$ 123.050 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 74.793 em 2020).
A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

Um demonstrativo da composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento está demonstrada nas notas explicativas 17 e 18.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Hedge Accounting de fluxo de caixa

Em abril de 2018 a Companhia passou a adotar o Hedge Accounting de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar os riscos que variação cambial desses fluxos de caixa em moeda estrangeira. Os empréstimos em moeda estrangeira (*instrumento de hedge*) totalizam USD 12.830 (*valor nocional*) em 31 de dezembro de 2021 (USD 34.588 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia designou os empréstimos em moeda estrangeira (*instrumento de hedge*) para hedge accounting em que a variação cambial é registrada como componente de outros resultados abrangentes. Como objeto de hedge, a Adami tem as receitas projetadas altamente prováveis baseado em contratos fechados em USD.

Os ganhos e perdas dos instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados, são registrados como componente de outros resultados abrangentes e resultaram no montante positivo de R$ 12.749 (R$ 17.854, negativo em 2020) (líquido dos efeitos tributários). Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A efetividade prospectiva do hedge é mensurada no momento da designação e ao final de cada trimestre, com o objetivo da avaliação de efetividade prospectiva e afirmar que o instrumento de hedge será altamente eficaz em compensar as variações do objeto de hedge.

Em geral, a Companhia faz hedge de 40% a 50% de sua dívida em moeda estrangeira com relação a vendas previstas para os próximos doze meses. A Companhia utiliza faturamentos futuros para proteger seu risco cambial, os quais são designados como hedges de fluxo de caixa.

A exposição contábil da Companhia e sua controlada estavam assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	2021	
	Moeda estrangeira (US$ mil)	**R$**
Ativo		
Contas a receber	2.785	15.539
Passivo		
Fornecedor	(421)	(2.347)
Empréstimos	(24.852)	(138.624)
Arrendamentos mercantis	(502)	(2.719)
Contratos de Swap	(394)	(2.199)
Hedge accounting	(12.830)	(71.591)
Exposição líquida	(36.214)	(201.941)

Análise de sensibilidade de variação cambial:

			Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
Operação	**Risco**	**2021**	**Queda 25%**		**Queda 50%**		**Cenário Provável**		**Aumento 25%**		**Aumento 50%**	
		US$	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**
Disponivel	Aumento da taxa cambial	6.127	4,13	(8.425)	2,75	(16.850)	5,50	(493)	6,88	8.425	8,25	16.850
Contas à receber	Aumento da taxa cambial	9.859	4,13	(13.556)	2,75	(27.113)	5,50	(794)	6,88	13.556	8,25	27.113
Fornecedores	Aumento da taxa cambial	(420)	4,13	578	2,75	1.156	5,50	34	6,88	(578)	8,25	(1.156)
Arrendamento mercantil	Aumento da taxa cambial	(502)	4,13	690	2,75	1.380	5,50	40	6,88	(690)	8,25	(1.380)
Empréstimos	Aumento da taxa cambial	(24.852)	4,13	34.171	2,75	68.342	5,50	2.001	6,88	(34.171)	8,25	(68.342)
		(9.788)		13.458		26.915		788		(13.458)		(26.915)

Análise de sensibilidade de variações de indexadores

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2021, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

			Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
Operação	**Risco**	**2021**	**Queda 25%**		**Queda 50%**		**Cenário Provável**		**Aumento 25%**		**Aumento 50%**	
		R$	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**
Aplicações Financeiras	Aumento do CDI	135.274	9,11	(410.896)	6,08	(821.791)	12,15	392.295	15,19	410.896	18,23	821.791
Empréstimos	Aumento do CDI	(268.207)	9,11	814.680	6,08	1.629.359	12,15	(777.801)	15,19	(814.680)	18,23	(1.629.359)
Arrendamento mercantil	Aumento do CDI	(26.121)	9,11	79.342	6,08	158.684	12,15	(75.751)	15,19	(79.342)	18,23	(158.684)
Debêntures	Aumento do CDI	(53.537)	9,11	162.618	6,08	325.236	12,15	(155.256)	15,19	(162.618)	18,23	(325.236)
		(212.591)		645.744		1.291.488		(616.513)		(645.744)		(1.291.488)
Aplicações Financeiras	Aumento do IPCA	27.481	4,17	(38.199)	2,78	(76.398)	5,56	(123.666)	6,95	38.199	8,34	76.398
Debêntures	Aumento do IPCA	(157.282)	4,17	218.623	2,78	437.245	5,56	707.771	6,95	(218.623)	8,34	(437.245)
Empréstimos	Aumento do TJLP	(29.438)	4,56	44.745	3,04	89.490	6,08	(22.373)	7,60	(44.745)	9,12	(89.490)
Empréstimos	Aumento do TLP	(18.844)	3,56	22.378	2,38	44.755	4,75	(12.249)	5,94	(22.378)	7,13	(44.755)
Empréstimos	Aumento da libor	(118.677)	1,16	45.987	0,78	91.975	1,55	(154.280)	1,94	(45.987)	2,33	(91.975)
		(296.760)		293.534		587.067		395.203		(293.534)		(587.067)

Gestão do capital social
O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

A Companhia operou com instrumentos financeiros que resultaram em perda líquida de R$ 20.708 durante o exercício de 2021 (perda de R$ 31.187 em 2020) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 26), e geraram reconhecimento conforme demonstrado abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	2021	**2020**
Valor justo de derivativos registrado como receita financeira (nota explicativa 26)	34.282	62.781
Valor justo de derivativos registrado como despesa financeira (nota explicativa 26)	(13.574)	(93.968)
Resultado líquido dos efeitos da marcação de instrumentos financeiros ao valor justo	(20.708)	(31.187)

Os valores dos ativos foram registrados através da marcação ao mercado dos instrumentos de proteção cambial denominados swaps, que possuem como objetivo a proteção dos empréstimos em moeda estrangeira, com valor nominal (“notional”) de R$ 71.600 (USD 12.830), que apresentaram a marcação ao valor justo de R$ (1.283). Abaixo apresentamos os efeitos do registro deste instrumento derivativo.

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Valores a receber derivativos registrados no ativo circulante e não circulante	916	2.652	916	2.652
Valores a pagar derivativos registrados no passivo circulante e não circulante	(2.199)	(7.115)	(2.199)	(7.115)